



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7166 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

O Sistema de Avaliação Municipal da Aprendizagem (Sama) de Campina Grande: Origem e Implicações na Gestão Escolar

Tatyana Almeida de Abreu Henriques - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Luciana Leandro da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

## **O SISTEMA DE AVALIAÇÃO MUNICIPAL DA APRENDIZAGEM (SAMA) DE CAMPINA GRANDE: ORIGEM E IMPLICAÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR**

Tatyana Almeida de Abreu Henriques – PPGEd/UFCG[1]

[tatyanaalmeida07@gmail.com](mailto:tatyanaalmeida07@gmail.com)

Luciana Leandro da Silva – PPGEd/UFCG[2]

[luleandro@gmail.com](mailto:luleandro@gmail.com)

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho aborda alguns achados da pesquisa em andamento pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), vinculada à linha de História, Política e Gestão Educacionais. Nossa pesquisa se inscreve no campo das políticas públicas de avaliação da Educação Básica, que nas últimas décadas vem ganhando centralidade e usando como pretexto a promoção da qualidade da educação, estabelecendo novos padrões de gestão educacional e escolar.

A educação municipal de Campina Grande (PB) vem passando por uma ampla reorganização do sistema educacional para obtenção de resultados satisfatórios, ou seja, a elevação da média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Desse modo, é possível identificar o interesse e ações adotadas pela da Secretaria de Educação (Seduc/CG) para atingir as metas estabelecidas pelas políticas educacionais.

Uma dessas ações diz respeito à criação de um instrumento próprio de avaliação

conhecido como Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem (Sama), implementado em 2015 com a finalidade de verificar a aprendizagem dos/as estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental das escolas da Rede Municipal de Campina Grande/PB (RMCG). Ao mesmo tempo, o Sama tem como perspectiva, promover a melhoria dos indicadores educacionais das escolas, através do apoio à gestão educacional e escolar.

Nessa vertente, debruçamos nossos estudos na tentativa de identificar as possíveis implicações do Sama na gestão escolar da RMCG. Além disso, também enfatizamos a lógica gerencial instaurada na referida rede de ensino e a adoção de práticas baseadas na gestão de resultados.

Nesse trabalho apresentamos algumas informações coletadas até o presente momento, e problematizamos a adoção de um sistema de avaliação em âmbito local que, ao mesmo tempo, se coloca como instrumento de avaliação externa e se propõe a avaliar a aprendizagem dos alunos, alterando o trabalho pedagógico realizado pela escola.

Definimos, assim, os seguintes questionamentos: de que maneira as avaliações externas influenciam e se materializam na política educacional em Campina Grande? Quais são as estratégias adotadas pela Rede Municipal de Ensino de Campina Grande para o alcance dos resultados do Sama? De que maneira essas estratégias interferem na gestão escolar e fortalecem os mecanismos de regulação e monitoramento do trabalho pedagógico?

Partimos do pressuposto de que as avaliações em larga escala e, conseqüentemente, o Sama, ocupam um espaço central no desenho das políticas educacionais, considerada como parâmetro para o debate sobre a qualidade da educação municipal e levando a um processo de responsabilização e centralização da gestão escolar em função dos resultados obtidos, passando a ser direcionado por uma pedagogia de exame e não por uma pedagogia do ensino-aprendizagem, conforme argumenta Luckesi (2006).

Definimos como objetivo geral da pesquisa, **analisar as implicações do Sama na gestão escolar segundo a visão dos sujeitos que compõe as equipes gestoras no contexto da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande**. E como objetivos específicos:

- Analisar de que maneira as avaliações externas influenciam e se materializam na política educacional em Campina Grande.
- Perceber quais são as estratégias definidas pela Secretaria de Educação para o alcance e/ou melhorarias nos resultados do Sama.
- Compreender de que maneira os resultados do Sama interferem na gestão escolar e fortalecem os mecanismos de regulação e monitoramento do trabalho pedagógico.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que dialoga com diferentes autores do campo crítico, partindo de ampla revisão bibliográfica, para situar historicamente o objeto, seguida da pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com as gestoras e membros das equipes técnico-pedagógicas das escolas.

Apresentamos os resultados parciais da pesquisa documental, definidos como a primeira etapa da pesquisa. De acordo com Evangelista (2012), os documentos oferecem pistas, sinais e vestígios para compreender os significados históricos. Desse modo, analisamos documentos legais e normativos do município, que retratam o referido instrumento avaliativo e a centralidade atribuída à gestão da escolar, para o alcance dos resultados.

## **2. As iniciativas de avaliação externa no contexto municipal de ensino de Campina Grande: origens e ações**

Desde a década de 1990 observam-se mudanças consideráveis na educação brasileira, provocadas pela reordenação do papel do Estado que, sob a hegemonia neoliberal, passou a se pautar por princípios gerenciais, repercutindo no contexto escolar. Sob esse contexto, as iniciativas de avaliação externas se fortalecem e passam a constituir como uma estratégia de redefinição do papel do Estado, que passou de Estado provedor para Estado avaliador e regulador do ensino ofertado (FREITAS, 2007).

No Brasil, as avaliações externas ganham ênfase a partir da reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 2005 e do IDEB em 2007. É importante destacar que Saeb ao longo dos anos passou por várias reformulações e a mais recente condensou todas as avaliações existentes, no Saeb, além de ter a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como referência na formulação dos itens. Em 2020, foi lançado a portaria nº 458 de 5 de maio de 2020, apresentando normas complementares para o cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e redefinindo a aplicação do Saeb para ser realizado anualmente com caráter censitário domínio (BRASIL, 2020).

O protagonismo das avaliações externas na educação brasileira denota uma subordinação das políticas educacionais a uma lógica econômica e fomenta a competição, o controle e o monitoramento das ações da gestão escolar e do trabalho docente. De acordo Shiroma e Evangelista (2015 p. 328), “a avaliação externa é uma forma astuta de formação, indução e estratégia de gestão. Em decorrência da avaliação, metas são traçadas, prioridades definidas e professores monitorados”.

Segundo Sousa e Lopes (2010, p. 54), as avaliações surgem como um “produto da reforma educacional produzida a partir da reforma gerencial do Estado brasileiro”, e provocam “impactos na lógica de gestão das políticas públicas, com reflexos nas relações e nos processos de trabalho”. Assim, as avaliações externas vêm se consolidando como instrumentos de gestão, inseridas nas políticas educacionais como elementos promotores da qualidade da educação. Nessa perspectiva, a gestão escolar, e conseqüentemente o trabalho do/da gestor/a, passam por mudanças para alcançar os objetivos traçados para educação, sob os cânones da eficiência escolar traduzida pelos resultados dos estudantes nas avaliações padronizadas (DUARTE, 2019).

A criação de um sistema de avaliação no contexto municipal de Campina Grande reafirma a ideia de Afonso (2007, 2014) de que estamos vivendo um período de “obsessão avaliativa” nas políticas educacionais contemporâneas. Para o autor, a avaliação tornou-se dominante, nas organizações e sistemas educativos, contaminando “os governos (nacionais, subnacionais e municipais), os quais, de forma crescente, passaram a agir em congruência com a ideologia avaliativa hegemônica” (AFONSO, 2014, p. 490).

Nesse sentido, o Sama foi proposto no intuito de melhorar os indicadores educacionais das escolas, através do apoio à gestão educacional e escolar. Além disso, busca contribuir para superação das metas estabelecidas pelo Ideb e elevar os níveis dos/as educandos/as no processo alfabetização, letramento e a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática (PMCG, 2020). O Sama é fundamentado pelo o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) e pela Matriz de Referência. No PME, as metas 5 (cinco) e 7 (sete) confirmam o interesse pela implantação de um instrumento avaliativo na rede.

Na meta 5, uma das estratégias retrata a proposta de criação de um instrumento de avaliação e monitoramento em que seus respectivos resultados deverá ser utilizados pelos/as professores/as em suas práticas pedagógicas para auxiliar a alfabetização dos/as alunos/as até o terceiro ano do ensino fundamental. Já na meta 7 é apresentado a proposta de criação do instrumento de avaliação que deverá abranger todo o ensino fundamental da rede, diagnosticando o desempenho dos/as alunos/as respeitando os direitos e objetivos de

aprendizagem, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Ação da Unidade Educacional (CAMPINA GRANDE, 2015).

De acordo com a Matriz de Referência, o Sama se apresenta como um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências para cada ano e etapa de ensino, no âmbito da garantia do direito de aprender dos alunos, no Ensino Fundamental (CAMPINA GRANDE, 2018). O instrumento é aplicado periodicamente a cada semestre, sendo o primeiro de caráter diagnóstico e o outro no final do ano letivo. Consta na Matriz de Referência, que o Sama engloba as turmas de 1º ao 9º ano, porém, até o ano de 2019, o instrumento tem sido aplicado em turmas alternadas e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2018, por exemplo, foram aplicadas nas turmas do 3º, 4º e 8º anos e, em 2019, nas turmas do 2º, 3º, 5º, 6º, 9º.

Na busca de um melhor resultado no Ideb para as escolas, avaliar as turmas através do instrumento local fortalece a ideia de treinamento tornado “a aplicação dos exames um trabalho inócuo, do ponto de vista da promoção da qualidade da educação oferecida, ao mesmo tempo em que investe e promove concepções e práticas tecnicistas que corroboram com percepções lineares sobre os processos de aprendizagem” (ESTEBAN; FETZNER, 2015, p. 81).

Nessa perspectiva, o Sama é considerado uma prática organizada e sistemática, que visa analisar o alcance das metas estabelecidas pelas políticas educacionais, privilegiando as funções diagnósticas e classificatórias e principalmente a obtenção de bons resultados. As escolas têm direcionado suas ações às exigências das avaliações externas, impactando no currículo, a partir de uma focalização nos componentes contemplados na avaliação e tendo reflexo na autonomia do trabalho docente e na gestão escolar.

## **2.1 A influência do Sama na reconversão das atribuições dos/as gestores/as escolares no âmbito escolar.**

No contexto da Nova Gestão Pública (NGP), inúmeras ações têm sido consideradas como solução para educação pública, a partir de pressupostos de eficiência, dos resultados nas avaliações e da competência (HYPOLITO; LEITE, 2012). O discurso de ineficiência do Estado, aliado ao contexto da vulnerabilidade da gestão democrática, abriram o caminho para que a gestão gerencial ganhasse espaço na gestão das escolas públicas (PEREIRA; ALBUQUERQUE, 2018) e essa lógica gerencial tem se traduzido, especialmente nos modelos de “gestão por resultados” e está baseado na “adoção de sistemas que forneçam aos gestores e às organizações, técnicas para monitorar o desempenho e mecanismos semelhantes ao mercado para substituir a gestão dos processos pelo gerenciamento orientado a resultados” (DUARTE, 2019, p. 20).

Conforme Cattonar (2006, p. 4), o/a gestor/a deve se tornar um ator dinâmico da transformação do sistema educacional, assumindo diversas competências tais como: “rigor administrativo e mobilização dos recursos humanos, eficiência gerencial e compromisso com os resultados, responsabilidades e inovação pedagógicas”. Na RMCG, é possível identificar o direcionamento da gestão gerencial, influenciando as ações do/a gestor/a escolar e no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a implementação de alguns programas de institutos e fundações, “corroboram com a valorização excessiva de processos de avaliação em larga escala, creditando a estes exames completa suficiência acerca da qualidade da educação” (OLIVEIRA, 2018, p. 93).

A parceria da Seduc/CG com a Fundação Lemann, através do curso Gestão para a Aprendizagem (GPA), é uma das ações mais recentes no cenário atual da educação municipal de Campina Grande desenvolvendo ações que norteiam o trabalho da equipe técnico-pedagógica da Seduc/CG e da equipe gestora escolar para acompanhar e direcionar o trabalho

do/a docente em sala de aula para os resultados.

Durante o curso, além de formações virtuais e presenciais, os profissionais inscritos receberam um livro, “*O planejamento estratégico: um instrumento para o gestor de escola pública*” de Claudia Dalcorso[3]. Para além de ser uma fonte basilar para compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos adotados pela Fundação, o livro apresenta propostas de atividades a serem desenvolvidas, de cunho gerencialista, visando à melhoria da qualidade da educação e a evolução nos resultados das avaliações externas.

Para acompanhar o trabalho dos gestores/as nas escolas e em consonância com a proposta de melhoria na aprendizagem dos alunos/as, a Seduc/CG criou o Grupo de Acompanhamento Pedagógico, conhecido como GAP. Este está respaldado pela Resolução nº 01 do CME, de 19 de fevereiro de 2019 e trata-se de um grupo de suporte pedagógico, formado por técnicos da Seduc/CG, criado a partir da parceria com a Fundação Lemann com o objetivo de adequar o trabalho dos gestores e de monitorar o trabalho pedagógico nas escolas.

No artigo 4º da referida Resolução é possível comprovar que a criação do GAP é um instrumento que acirra o controle e monitoramento para atender os interesses da Seduc/CG em relação preocupação com os resultados das avaliações internas e externas, e que centra foco na sistematização do trabalho pedagógico, mobilizando e alterando a dinâmica de trabalho do/a gestor/a, como pode ser constatado nos incisos:

XIV - Aplicar, tabular e analisar os resultados, propondo intervenções pedagógicas necessárias ao Sistema de Avaliação Municipal da Aprendizagem (Sama).

XV - Analisar juntamente com os demais membros da equipe pedagógica da Unidade de Ensino os resultados das avaliações internas e externas, criando estratégias e sistematizando o trabalho pedagógico, supervisionando de forma presencial o trabalho do/a gestor/a e das atividades nas escolas e sendo elo entre as escolas e a Seduc/CG (CAMPINA GRANDE, 2019).

Tal documento reforça a responsabilidade conferida aos gestores/as considerando-os como articuladores dos objetivos a serem alcançados, desenvolvendo seu trabalho na perspectiva de fortalecer e assegurar o compromisso com os resultados do Sama e do Ideb.

## Conclusão

Mediante as informações coletadas nos documentos normativos analisados até o presente momento, é possível constatar o Sama foi instituído como uma ferramenta de controle na busca por melhores resultados e imputa a responsabilidade no/a gestor/a em monitorar e orientar a formatação do trabalho escolar enquadrando os sujeitos em práticas curriculares hegemônicas voltadas para os exames deixando de considerar as diferentes dimensões da escola como espaço de formação.

## Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 11-22, 2007. Disponível em <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/888>> Acesso em: 20 jul. 2020.

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a13v19n2.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Saeb**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb> Acesso em: 04 ag. 2020

CAMPINA GRANDE. **Lei nº 6.050, de 22 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME – e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Semanário Oficial, nº 2.420, 22 a 26 de junho de 2015.

CAMPINA GRANDE. **Matriz de referência do Sistema de Avaliação Municipal da Aprendizagem (Sama)**. Seduc, 2018.

CAMPINA GRANDE. Resolução 01, de 01 de fevereiro de 2019. Estabelece normas para a organização e funcionamento do Suporte Pedagógico Direto nas Unidades de Ensino de Campina Grande-PB. **Semanário Oficial nº 2612**. De 25 de fev. a 01 de mar. 2019.

CATTONAR, Branka. Evolução do modo de regulação escolar e reestruturação da função de diretor de escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44. p. 185-208. dez. 2006.

DUARTE, Alexandre William Barbosa. **A Nova Gestão Pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco**: as políticas, os atores e seus discursos. Belo Horizonte, 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32681> Acesso em: 02 ago 2020.

ESTEBAN, Maria Tereza; FETZNER, Andréa Rosana. A redução da escola: avaliação externa e o aprisionamento curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 75-92. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/1984-0411-er-1-spe-00075.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2020.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed. Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensões normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea).

HYPOLITO, Álvaro Moreira; LEITE, Maria Cecilia Lorea. Modos de gestão e políticas de avaliação: entre o gerencialismo e a democracia. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em larga escala**: questões polêmicas. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 135-152.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Mônica Martins de. **Regulação e trabalho docente na rede municipal de ensino de Campina Grande – PB**: análise do Programa Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018. Disponível em <http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/2/20/DISSERTA%C3%87%C3%83O.FINAL.CORRIGI> Acesso em: 06 ago. 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Silva; ALBUQUERQUE, Liana Correia Roquete de. Nova Gestão Pública e concepção dos diretores escolares do Ensino Médio regular do Distrito Federal. In: Silva, Maria Abadiá da; PEREIRA, Rodrigo da Silva (Orgs.). **Gestão Escolar e o trabalho do diretor**. 1. ed. – Curitiba : Appris, 2018. 203 p.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Formação Humana ou Produção de**

**Resultados?** Trabalho docente na encruzilhada. Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n.20, jul/dez, 2015.

SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian; LOPES, Valéria Virgínia. Avaliação nas políticas educacionais reitera as desigualdades. **Revista Adusp: Dossiê Educação no Brasil**, São Paulo, n.46, p. 54-49, 2010.

---

[1] Professora de Educação Básica da Rede Municipal de Campina Grande. Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação/ PPGEd – UFCG.

[2] Professora Dra. da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e do Programa de Pós-Graduação/ PPGEd – UFCG.

[3] É importante ressaltar que Claudia Dalcorso é consultora da Fundação Lemann, e o seu livro é fruto da sua dissertação e mestrado.